



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Exploração e Opressões no capitalismo

Insegurança alimentar e interseccionalidade no capitalismo dependente brasileiro

Carolina Alvares Boechat¹

Resumo: O presente artigo analisa a insegurança alimentar e nutricional no Brasil a partir de uma perspectiva interseccional, compreendendo como raça, classe e gênero estruturam a experiência da fome na sociedade brasileira. Discute-se a relação entre formação social brasileira, concentração fundiária, racismo estrutural e feminização da pobreza, evidenciando que a fome não constitui fenômeno isolado, mas expressão das contradições do capitalismo dependente. Os dados analisados demonstram que a insegurança alimentar atinge de forma desproporcional mulheres negras periféricas, historicamente submetidas à precarização do trabalho e à negação de direitos sociais.

Palavras-chave: insegurança alimentar; interseccionalidade; desigualdades estruturais; capitalismo.

Food insecurity and intersectionality in Brazilian dependent capitalism

Abstract: This article analyzes food and nutritional insecurity in Brazil from an intersectional perspective, understanding how race, class and gender shape the experience of hunger in Brazilian society. It discusses the relationship between Brazilian social formation, land concentration, structural racism and the feminization of poverty, showing that hunger is not an isolated phenomenon, but an expression of the contradictions of dependent capitalism. The analyzed data demonstrate that food insecurity disproportionately affects peripheral Black women, historically subjected to labor precariousness and the denial of social rights.

Keywords: food insecurity; intersectionality; structural inequalities; capitalism.

Introdução

A insegurança alimentar e nutricional (InSAN) constitui uma das expressões mais contundentes da questão social brasileira, revelando as contradições da sociabilidade capitalista e das desigualdades historicamente estruturadas no país. Caracteriza-se pela dificuldade ou impossibilidade de acesso regular a alimentos em quantidade e qualidade suficientes, sendo classificada pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) em níveis leve, moderado e grave, que variam da incerteza alimentar à experiência concreta da fome. Entretanto, essa questão alimentarmnã atinge todos os grupos sociais de forma homogênea, incidindo mais intensamente sobre sujeitos atravessados pelas desigualdades de raça, classe e gênero. Nesse sentido, a interseccionalidade torna-se fundamental para compreender como essas categorias se articulam na produção de experiências específicas de opressão e

¹ Assistente social e mestranda do Programa de Pós-Graduação e Desenvolvimento Regional da ESS/UFF- Niterói. E-mail: carolina.alvares@gmail.com

desigualdade, refletindo estruturas como o racismo e o sexismo (Santos et al., 2022). Assim, compreender a fome na realidade brasileira exige reconhecer que ela atinge de maneira mais profunda mulheres negras periféricas, historicamente inseridas em contextos de pobreza e precarização.

Nesse contexto, a literatura brasileira constitui importante instrumento de denúncia social. Em *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, Carolina Maria de Jesus transforma sua experiência como mulher negra, catadora de recicláveis e moradora da favela do Canindé em testemunho histórico da fome, da miséria e da marginalização social na São Paulo dos anos 1950. Escrevendo em folhas recolhidas do lixo, Carolina registrou a brutalidade da fome e as estratégias de sobrevivência construídas em meio à extrema precariedade social. Em um dos trechos mais marcantes de sua obra, a autora relata:

Não havia papel nas ruas. Passei no Frigorífico. Havia jogado muitas linguças no lixo. Separei as que não estava estragada. (...) Eu não quero enfraquecer e não posso comprar. E tenho um apetite de Leão. Então recorro ao lixo. (Jesus, 2014, p. 78-79).

Mais de seis décadas após sua publicação, o relato de Carolina Maria de Jesus permanece profundamente atual ao retratar experiências que ainda atravessam a realidade brasileira. Durante a pandemia de Covid-19, o agravamento da crise econômica, do desemprego e da precarização da vida tornou ainda mais visível a insegurança alimentar historicamente vivenciada pelas classes trabalhadoras empobrecidas. Em 2021, a reportagem “*Garimpo contra a fome*”, do jornal Extra, expôs pessoas disputando ossos e restos de alimentos rejeitados por supermercados, cenário que remete diretamente às narrativas descritas por Carolina Maria de Jesus décadas antes.

Nesse contexto, a InSAN corresponde à dificuldade de garantir acesso regular e suficiente à alimentação adequada, comprometendo a nutrição e o bem-estar (Brasil, 2023). A realidade atinge milhões de famílias brasileiras: segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2024), cerca de 18,9 milhões de lares convivem com algum grau de insegurança alimentar. Os dados revelam ainda que 59,9% desses domicílios são chefiados por mulheres e 70,4% compostos por pessoas negras e pardas, evidenciando que a fome atinge de forma desproporcional mulheres negras periféricas, historicamente submetidas às desigualdades de raça, classe e gênero.

A análise da historiadora Régia Agostinho (2022) contribui para compreender a permanência histórica da fome ao destacar que Carolina Maria de Jesus relacionava, em sua escrita, a condição de mulher negra e favelada à permanência da fome como uma “nova escravidão” vivenciada pela população negra e periférica no Brasil. Nesse sentido, torna-se contraditório que um país reconhecido pela elevada produção agrícola e pelo destaque no agronegócio conviva com milhões de pessoas privadas do acesso regular à alimentação adequada. Esse cenário revela um modelo de desenvolvimento marcado pela colonização, escravidão e concentração fundiária, que consolidou desigualdades persistentes no país.

Assim, a insegurança alimentar e nutricional deve ser compreendida como expressão social, política e histórica das contradições do capitalismo dependente brasileiro. Para Fernandes (1976), o capitalismo no Brasil desenvolveu-se de forma subordinada aos interesses externos e à permanência de estruturas históricas de exploração, preservando privilégios e restringindo o acesso da população trabalhadora aos direitos sociais. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar a insegurança alimentar no Brasil a partir de uma perspectiva interseccional, compreendendo como o racismo estrutural, a feminização da pobreza e as desigualdades historicamente produzidas contribuem para a permanência da fome e da privação alimentar na realidade brasileira contemporânea.

1. Formação social brasileira, questão fundiária, classe e produção histórica da fome

Como apontado anteriormente, a formação da sociedade brasileira ocorreu sob as bases da dominação colonial, da escravidão, da superexploração do trabalho e da concentração fundiária. Desde o período colonial, a economia esteve voltada às demandas do mercado externo, privilegiando a exportação de matérias-primas em detrimento do abastecimento interno. Silva e Sá (2009) destacam que as raízes da fome no Brasil relacionam-se a esse modelo econômico concentrador, orientado aos interesses das elites agrárias e do comércio internacional. Segundo os autores, entre o final do século XVII e início do XVIII, o país vivenciou cerca de 25 anos de fome intensa e carestia, cenário associado à priorização do comércio externo e à limitada produção voltada ao mercado interno, aprofundando a pobreza e a vulnerabilidade alimentar da população (Rocha; Guedes, 2006 apud Silva; Sá, 2009).

Nesse sentido, compreender a insegurança alimentar na realidade brasileira exige analisar as particularidades do capitalismo dependente no país. Sampaio Jr. (2012) afirma que a dependência externa e a profunda desigualdade social limitam as possibilidades de desenvolvimento autônomo do Brasil, fazendo com que a superexploração do trabalho, as crises econômicas e a instabilidade se tornem características do capitalismo periférico latino-americano. Dessa forma, a fome e a insegurança alimentar expressam as contradições de um modelo de desenvolvimento subordinado e estruturalmente desigual. Fernandes (1976) destaca que o capitalismo brasileiro se consolidou de maneira dependente, articulando os interesses externos às elites nacionais e preservando relações históricas de exploração social, racial e econômica.

A permanência da concentração fundiária constitui um dos principais elementos para compreender as desigualdades estruturais que atravessam a questão alimentar no Brasil. Com a promulgação da Lei de Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850), o acesso à terra passou a ocorrer prioritariamente por meio da compra e venda ou transmissão hereditária, impedindo que a população pobre e recém-liberta do período tivesse acesso aos meios de subsistência. Associada à forma como ocorreu a abolição da escravidão, essa medida consolidou um processo histórico de marginalização da população negra. Conforme analisa Moura (2014), o mercado dito “livre”, instituído após quase quatro séculos de trabalho escravo, não teve interesse em integrar a população negra recém-liberta às condições mínimas de cidadania, trabalho digno ou acesso à terra. Ao contrário, homens e mulheres negros permaneceram afastados dos meios básicos de sobrevivência, submetidos à pobreza, à precarização e à negação sistemática de direitos.

Assim, a exclusão histórica da população negra do acesso à terra e à renda consolidou condições estruturais de vulnerabilidade social que repercutem diretamente nos atuais índices de insegurança alimentar. O próprio IBGE (2020, p. 46-47) destaca que o Brasil, forjado em uma sociedade escravista e baseado historicamente na expansão territorial como fundamento de dominação política e econômica, se desenvolveu sob uma estrutura fundiária marcada pela marginalização dos povos indígenas, africanos escravizados e seus descendentes. Dessa maneira, a questão agrária brasileira encontra-se profundamente articulada às desigualdades raciais e à permanência da pobreza no país.

A modernização da agricultura, intensificada durante o regime militar (1964-1985), aprofundou as desigualdades históricas no campo. O avanço do agronegócio e da mecanização fortaleceu um modelo voltado ao mercado externo, sem romper com a concentração fundiária, beneficiando grandes proprietários rurais e ampliando a concentração de terras, renda e poder econômico. Ao mesmo tempo, intensificou o êxodo rural, a precarização do trabalho e as desigualdades sociais e raciais, atingindo principalmente a população negra trabalhadora rural. Embora associado ao progresso econômico, esse modelo consolidou uma dinâmica centrada na exportação de commodities em detrimento da produção de alimentos e da soberania alimentar. Dados da Oxfam Brasil indicam que apenas 1% das propriedades rurais concentra quase metade da área agrícola nacional, evidenciando a permanência de uma estrutura fundiária historicamente excludente (Furtado; Kato; Barros Junior, 2022; Oxfam Brasil, 2016).

O estudo evidencia ainda que os pequenos agricultores, mesmo enfrentando severas limitações de acesso a crédito, assistência técnica e tecnologias produtivas, são responsáveis pela produção de mais de 70% dos alimentos consumidos no Brasil. Essa contradição demonstra que os segmentos que menos concentram terra e capital desempenham papel fundamental na garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Ao mesmo tempo, expõe os impactos perversos da concentração fundiária, que privilegia o agronegócio exportador e fragiliza a soberania alimentar nacional.

Além da desigualdade fundiária, a estrutura agrária brasileira também se organiza a partir de profundas desigualdades raciais. Dados do Censo Agropecuário de 2017, analisados por Furtado, Kato e Barros Junior (2022), revelam que, embora 42,6% dos estabelecimentos agropecuários sejam dirigidos por pessoas pardas e 7,8% por pessoas pretas, os grandes estabelecimentos permanecem majoritariamente sob controle de proprietários brancos. Segundo os autores, aproximadamente 90% das propriedades com mais de 2.500 hectares pertencem a esse grupo, que concentra cerca de 208 milhões de hectares, enquanto produtores negros controlam apenas 99 milhões de hectares. Esses dados evidenciam que a estrutura fundiária brasileira permanece alicerçada em padrões históricos de exclusão racial, restringindo o acesso da população negra à terra, à produção agrícola e às condições dignas de sobrevivência.

Portanto, é evidente como a concentração fundiária, a herança escravista, o racismo estrutural e o desenvolvimento capitalista dependente conformaram um modelo econômico excludente, que historicamente restringiu o acesso da população negra e trabalhadora à terra, à renda e à alimentação adequada. Nesse contexto, a fome constitui uma manifestação concreta das desigualdades estruturais que atravessam a sociedade brasileira e seguem incidindo de maneira desigual sobre os sujeitos historicamente marginalizados.

2. Racialização da pobreza, classe social e InSAN no Brasil

As desigualdades produzidas ao longo da formação social brasileira permanecem presentes na realidade contemporânea e se expressam nos indicadores sociais e alimentares do país. Dados do IBGE revelam que o índice de Gini do rendimento domiciliar per capita, utilizado para medir a desigualdade de renda, atingiu 0,51 em 2024, evidenciando que o Brasil segue entre os países mais desiguais do mundo. Tal cenário demonstra os limites de um modelo de desenvolvimento capitalista dependente que amplia a produção de riquezas, mas restringe o acesso da população trabalhadora aos direitos sociais fundamentais, entre eles o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Essa dinâmica remete ao que Marx (2017) compreende como continuidade das expropriações no capitalismo, processo que separa a classe trabalhadora dos meios necessários à sua sobrevivência e produz relações marcadas pela exploração e precarização. Nesse sentido, como analisa Netto (2001), a pobreza não resulta da incapacidade de produzir riqueza, mas constitui elemento estrutural da própria acumulação capitalista. Assim, a desigualdade de renda ultrapassa o campo econômico e compromete diretamente o acesso aos direitos sociais. A fome e a insegurança alimentar relacionam-se à concentração de renda, à precarização do trabalho e à fragilidade das políticas públicas, expressando as contradições do capitalismo periférico (Silva Filho, 2022).

Embora estudos da FGV Social indiquem crescimento da renda entre os segmentos mais pobres em 2024, dados da PNAD Contínua/IBGE revelam a permanência de profundas desigualdades raciais e regionais: as regiões Norte e Nordeste apresentaram os maiores índices de insegurança alimentar, com 39,7% e 38,7% dos domicílios, respectivamente, enquanto 69,7% da população em situação de

insegurança alimentar declarou-se preta ou parda.

Nesse sentido, compreender a desigualdade alimentar na realidade brasileira exige analisar o papel do racismo estrutural na organização histórica da sociedade. A formação do Brasil esteve profundamente vinculada à escravidão, à violência colonial e à consolidação de uma ordem social fundada na exploração racializada do trabalho. O racismo constituiu-se historicamente enquanto construção ideológica utilizada para legitimar desigualdades econômicas, políticas e sociais. Não se trata, portanto, de um fenômeno secundário ou residual, mas de um elemento estruturante da própria formação social brasileira. O pós-abolição consolidou a marginalização social da população negra, que permaneceu sem acesso à terra, ao trabalho digno, à educação e às políticas de proteção social.

Embora a liberdade tenha sido formalmente conquistada em 1888, a igualdade permaneceu restrita à população branca, fazendo com que o racismo se reorganizasse como mecanismo de manutenção das hierarquias sociais e econômicas herdadas da escravidão. Nesse contexto, concepções racistas passaram a justificar a exclusão da população negra da nova ordem capitalista, associando pobreza e precarização a uma suposta inferioridade “natural”. Ao mesmo tempo, a trajetória da população negra foi marcada por intensos processos de resistência coletiva, expressos nos quilombos, revoltas escravas, irmandades religiosas, movimentos negros e organizações populares, que evidenciam o protagonismo histórico da população negra no enfrentamento às estruturas de exploração racial e econômica.

A compreensão das desigualdades contemporâneas exige considerar os impactos permanentes do pós-abolição na organização social brasileira, que ainda incidem diretamente sobre as condições de vida da população negra e o acesso à alimentação adequada. Dados do II VIGISAN (2022) mostram que cerca de 20,6% das famílias chefiadas por pessoas pretas e 17% das chefiadas por pessoas pardas enfrentavam situação de fome, percentual quase duas vezes superior ao registrado entre famílias brancas (10,6%). A PNAD Contínua de 2023 reforça esse cenário ao indicar que um em cada cinco domicílios chefiados por pessoas negras vivia insegurança alimentar grave, enquanto pessoas pardas, embora representem 45,3% dos responsáveis pelos lares brasileiros, concentram 55,2% dos domicílios em insegurança alimentar. A pandemia de Covid-19 aprofundou e tornou mais visíveis essas desigualdades já existentes, evidenciando a permanência histórica da pobreza, da fome

e da exclusão social no país.

Dessa forma, os elevados índices de insegurança alimentar entre a população negra não constituem fenômenos ocasionais ou meramente conjunturais, mas expressam a continuidade histórica de um processo iniciado ainda no período colonial, aprofundado pela escravidão, consolidado pela concentração fundiária e perpetuado pela reestruturação do racismo pós-abolição. A estrutura agrária desigual, a negação histórica do acesso à terra e aos meios de subsistência, somadas à permanência do racismo estrutural, constituíram um modelo de sociedade em que a fome e a privação alimentar atingem de maneira profundamente desigual determinados grupos sociais. Assim, a insegurança alimentar no Brasil revela-se como uma das expressões mais violentas das desigualdades raciais produzidas historicamente pela formação social brasileira. Raça, classe e gênero na experiência da InSAN

A permanência da insegurança alimentar entre a população negra brasileira evidencia que as desigualdades discutidas anteriormente não se expressam apenas no plano econômico ou racial de forma isolada, mas se articulam às relações de gênero. Se o racismo estrutural historicamente inseriu a população negra em posições de maior vulnerabilidade social, a condição das mulheres negras revela de forma ainda mais intensa os efeitos dessa lógica. A interseccionalidade torna-se fundamental para compreender como raça, classe e gênero se articulam na produção das desigualdades sociais (Santos et al., 2022). Assim, analisar a insegurança alimentar entre mulheres negras exige compreender que a pobreza feminina não se restringe à insuficiência de renda, mas envolve desigualdades no acesso a direitos, trabalho, educação, moradia e proteção social (Szul; Silva, 2017 apud Santos, 2025). Dessa forma, discutir pobreza sem considerar as relações de gênero invisibiliza as condições concretas que aprofundam as desigualdades vivenciadas pelas mulheres (Silva, 2006 apud Santos, 2025).

A divisão sexual do trabalho ocupa papel central na produção das desigualdades sociais. Em uma sociedade marcada pelo patriarcado, as mulheres seguem socialmente responsabilizadas pelas atividades de cuidado e reprodução da vida, acumulando jornadas exaustivas de trabalho doméstico não remunerado e maiores dificuldades de inserção estável no mercado de trabalho. Dados do SAGICAD, Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único, indicam que quase 18 milhões de lares brasileiros possuíam chefia feminina em 2023

(SAGICAD, 2023 apud Santos, 2025). Apesar do aumento da responsabilidade feminina na manutenção familiar, as mulheres continuam recebendo menores rendimentos e enfrentando relações de trabalho mais instáveis, ampliando sua vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social (Lavinhas, 1996; Melo, 2005 apud Santos, 2025).

Esse cenário torna-se ainda mais intenso entre mulheres negras, historicamente inseridas em ocupações precarizadas, mal remuneradas e marcadas pela informalidade. Ademais, mulheres negras apresentam maiores índices de desemprego, menores salários e maior presença em ocupações precarizadas quando comparadas às mulheres brancas. Segundo Silva et al. (2022), o trabalho doméstico permanece entre as principais ocupações femininas negras no Brasil, atividade historicamente desvalorizada e vinculada à herança escravista. Além disso, mesmo com acesso ao ensino superior, mulheres negras seguem concentradas em profissões relacionadas ao cuidado, como enfermagem, serviço social e fisioterapia, áreas menos valorizadas e remuneradas. Os autores destacam ainda que a discriminação racial reduz os retornos econômicos da escolarização, fazendo com que trabalhadores negros recebam salários inferiores mesmo em cargos e níveis educacionais semelhantes aos da população branca.

A feminização da pobreza expressa, dessa forma, o aprofundamento das desigualdades que atingem especialmente mulheres responsáveis pela manutenção familiar. Assim, a vulnerabilidade econômica feminina não resulta apenas da insuficiência de renda, mas de mecanismos estruturais que limitam o acesso a condições dignas de vida e trabalho. Nesse contexto, a insegurança alimentar configura-se como uma das expressões mais violentas dessas desigualdades: dados do II VIGISAN (2023) mostram que cerca de 22% dos lares chefiados por mulheres pretas ou pardas convivem com a fome, enquanto entre domicílios chefiados por mulheres brancas o índice é de 13,5%. Diante disso, a análise interseccional evidencia que raça e gênero são determinantes centrais para compreender a fome no Brasil contemporâneo, que atinge de maneira mais intensa mulheres negras periféricas, historicamente submetidas ao racismo, ao sexismo e à exclusão social (Silva et al., 2022).

3. Considerações Finais

A análise desenvolvida neste artigo demonstra que a insegurança alimentar no Brasil não constitui um fenômeno isolado ou apenas relacionado à falta de alimentos, mas uma expressão das contradições da formação social brasileira, marcada pela escravidão, concentração fundiária, racismo estrutural e capitalismo dependente. A perspectiva interseccional evidenciou que raça, classe e gênero atuam de forma articulada na produção das desigualdades sociais, fazendo com que a fome atinja mais intensamente mulheres negras periféricas, historicamente submetidas à precarização do trabalho, à sobrecarga do cuidado e à negação de direitos. Nesse cenário, torna-se fundamental fortalecer políticas públicas universais de proteção social e segurança alimentar articuladas ao enfrentamento do racismo, do sexismo e da exploração de classe. Entretanto, a superação da fome e das desigualdades estruturais exige também romper com a lógica do capitalismo, sistema produtor e reproduzidor de exploração, expropriação e violação de direitos.

Referências

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. *Coleção das Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 307, 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim601.htm. Acesso em: 12 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Insegurança alimentar e nutricional (InSAN)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude>. Acesso em: 18 abr. 2026.

EXTRA ONLINE. **Garimpo contra a fome: sem comida, moradores do Rio recorrem a restos de ossos e carne rejeitados por supermercados**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://extra.globo.com>. Acesso em: 09 abr. 2026.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FURTADO, Fabrina Pontes; KATO, Karina Yoshie Martins; BARROS JUNIOR, Osmar Alves de. **Raça, gênero e classe: as interseccionalidades da estrutura fundiária brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Stiftung, 2022. Disponível em: <https://br.boell.org>. Acesso em: 14 abr. 2026.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do espaço rural brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 abr. 2026.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023**. Agência IBGE Notícias, Rio de Janeiro, 25 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 abr. 2026.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Temporalis, Rio de Janeiro, ano II, n. 3, p. 41-50, jan./jun. 2001.

PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2022.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000400004>. Acesso em: 15 abr. 2026.

SANTOS, Arantxa Carla da Silva. **Feminização da pobreza no Brasil: papel do Bolsa Família**. *Perspectivas Sociais, Pelotas*, v. 11, n. 1, e1128242, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br>. Acesso em: 20 abr. 2026.

SANTOS, João Vitor. **A fome é a nova escravidão: entrevista especial com Régia Agostinho**. Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 27 set. 2022. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br>. Acesso em: 22 abr. 2026.

SANTOS, Lissandra Amorim et al. **Interseções de gênero e raça/cor em insegurança alimentar nos domicílios das diferentes regiões do Brasil**. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 11, e00130422, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT130422>. Acesso em: 13 abr. 2026.

SILVA FILHO, Olivio José da. **Contribuições para o debate da comida no capitalismo contemporâneo**. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 37, n. 3, p. 469-477, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86245>. Acesso em: 08 abr. 2026.

SILVA, João Luiz da; SÁ, Alcindo José de. **A fome no Brasil: do período colonial até 1940.** *Revista de Geografia*, Recife, v. 23, n. 3, p. 43-53, 2009.

Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br>. Acesso em: 17 abr. 2026.

SILVA, Silvana Oliveira da et al. **A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade.** *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 7, e00255621, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 19 abr. 2026.